



SINDICATO DOS TRABALHADORES
DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL

**RELATÓRIO
e
CONTAS**

2025

**Contas
Consolidadas
do Exercício**

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN 3

RELATÓRIO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN **3**

BALANÇO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN **7**

MAPA DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **8**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **10**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
DA ESTRUTURA CONSOLIDADA **11**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **13**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA
CONSOLIDADA DO SBN **14**

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS 26

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE
CONTAS 27**

**PARECER DO CONSELHO
FISCALIZADOR DE CONTAS 31**

Relatório das Contas Consolidadas de 2025

**RELATÓRIO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL
NO EXERCÍCIO DE 2025**

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é dedicado à apresentação das Demonstrações Financeiras da Estrutura Consolidada do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, referentes ao exercício económico de 2025, tendo sido efetuadas com base na agregação de todas as Unidades de Exploração - Atividade Sindical, Regime Geral, Fundo Sindical de Assistência, Loja de Ótica (NovÓpticaSBN) e Pinheiro Manso -, e após a consolidação de contas com a empresa SBN – Residência Sénior, SA (sociedade cujo Capital Social é detido a 100% pelo SBN).

De acordo com o normativo estabelecido, na elaboração destes documentos foram anulados os movimentos intra-grupo.

Nestes termos, e em cumprimento com o estabelecido nos Estatutos, a Direção submete à apreciação da Comissão Permanente do Conselho Geral o presente Relatório e as Contas Consolidadas respeitantes ao exercício findo de 2025.

2. CONJUNTURA MACROECONÓMICA

Em 2025, a economia portuguesa registou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,9%, em linha com as projeções mais recentes do Banco de Portugal e da Comissão Europeia divulgadas no final do ano, após os 2,1% observados em 2024. Esta evolução moderada reflete um contexto internacional desafiante, com desaceleração em vários mercados europeus, mas sustentada pela resiliência da procura interna.

O consumo privado expandiu-se 2,2%, beneficiando da estabilidade do emprego e da recuperação gradual do poder de compra das famílias, enquanto o investimento cresceu 1,4%, apoiado pela

execução acelerada do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e por fundos comunitários, apesar das pressões das taxas de juro mais elevadas.

A procura externa líquida registou um contributo marginal ou ligeiramente negativo, com as exportações de bens e serviços a crescerem a um ritmo mais contido, cerca de 2,8%–3,0%, face à menor procura externa e à valorização do euro. As importações acompanharam esta tendência, com um aumento de 2,5%, refletindo a moderação no consumo de bens de investimento e intermédios.

A inflação homóloga média desacelerou para 2,1%, aproximando-se da meta do Banco Central Europeu, impulsionada pela queda dos preços da energia e pela estabilização dos custos alimentares. Esta evolução favoreceu o alívio das pressões sobre os agregados familiares e as empresas.

O mercado de trabalho demonstrou robustez, com a taxa de desemprego a estabilizar nos 6,2%–6,3%, níveis próximos dos mínimos históricos, e o emprego a crescer 1,3%. Os salários reais recuperaram terreno, suportados pelo aumento do salário mínimo nacional e pela concertação social.

Nas finanças públicas, o rácio dívida/PIB desceu para cerca de 94%, prosseguindo a consolidação orçamental. O saldo orçamental manteve um excedente modesto de 0,2%–0,4% do PIB, impactado pelo aumento da despesa em funções sociais e saúde, compensado pelo dinamismo das receitas fiscais.

Em síntese, 2025 caracterizou-se por um crescimento estável e sustentável, assente na procura interna e numa conjuntura laboral favorável, num enquadramento de desaceleração inflacionária e equilíbrio orçamental, preparando o terreno para perspetivas positivas em 2026.

3. DESEMPENHO ECONÓMICO EM 2025

Os resultados económicos consolidados do SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, respeitantes ao exercício de 2025, ascenderam a 3,53 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 1,34 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução é explicada pelo crescimento das duas principais rubricas de rendimentos: Quotizações e Contribuições e Vendas e serviços prestados.

Importa igualmente destacar que todas as Unidades de Exploração apresentaram um resultado económico positivo.

No período em apreço, os rendimentos totalizaram 36,93 milhões de euros, enquanto os gastos ascenderam a 33,34 milhões de euros. Destes, destacam-se 20,28 milhões de euros relativos a participações atribuídas a Beneficiários, 6,20 milhões de euros em gastos com o pessoal e 4,75 milhões de euros em fornecimentos e serviços externos.

As Quotizações e Contribuições representaram 78,72% do Total de Rendimentos, tendo registado um crescimento de 2,51% em relação a 2024.

As vendas do setor da ótica representaram 3,00% do Total de Rendimentos e registaram um decréscimo de 1,67%, fruto de uma diminuição do número de vendas e após uma relativa manutenção do gasto médio em loja. Apesar desta retração, os valores mantêm-se próximos dos níveis verificados em 2022 e 2024, sendo inclusivamente superiores aos de 2023, evidenciando a consolidação do desempenho desta UE ao longo dos últimos anos.

Os rendimentos provenientes da prestação de serviços clínicos representaram 1,42% do Total de Rendimentos e registaram um decréscimo de 3,74%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos representaram 14,23% do Total de Gastos, tendo registado um decréscimo de 6,86%. Ao nível das principais variações, destaca-se a redução significativa na rubrica de Conservação e reparação (-285 645 €), constituindo o principal contributo para a diminuição global destes gastos. Também a rubrica de Outros serviços apresentou um decréscimo expressivo (-103 689 €, associado à diminuição da despesa apresentada via Médis, que se traduziu numa redução do respetivo fee de gestão), a par da redução em Limpeza, higiene e conforto (-21 568 €) e em Comunicação (-10 257 €). Adicionalmente, verificaram-se diminuições em Subcontratos (-15 593 €), Publicidade e propaganda (-22 647 €) e Artigos para oferta (-51 122 €), refletindo um esforço de racionalização de custos. Em sentido contrário, importa salientar o aumento registado em Trabalhos especializados (+71 439 €) e em Honorários (+52 495 €), este último associado ao reforço dos serviços clínicos internos do SAMS. Globalmente, a evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos evidencia uma redução sustentada dos gastos, acompanhada por um reforço seletivo em áreas críticas ao funcionamento e à qualidade dos serviços prestados.

Os Gastos com o Pessoal representaram 18,59% do Total dos Gastos, tendo registado um acréscimo de 10,55% face a 2024.

Os Gastos com as Comparticipações continuam a constituir a rubrica com maior peso na estrutura de gastos, representando 60,83% do seu total. Neste domínio, destaca-se o aumento significativo da despesa com os Meios auxiliares de diagnóstico (+1 045 079 €), bem como o crescimento verificado em Consultas médicas (+429 213 €) e em Tratamentos (+187 207 €). Em sentido inverso, salienta-se a redução registada em Internamentos (-194 505 €) e, em menor grau, nas Intervenções cirúrgicas (-34 418 €). A Assistência medicamentosa manteve-se relativamente estável, apresentando apenas um ligeiro acréscimo (+14 284 €). Por sua vez, a faturação apresentada por via do prestador Médis registou uma diminuição muito significativa (-1 224 616 €), traduzindo uma variação negativa relevante face ao período anterior.

O ligeiro aumento do montante global de Comparticipações, conjugado com a diminuição da População Beneficiária, fez com que o gasto com as comparticipações per capita tenha aumentado dos 758 € em 2024 para os 785 € (que foi o valor médio consumido por cada Beneficiário, durante o ano de 2025).

No que respeita à atividade da unidade geriátrica, o desempenho comercial permitiu dar continuidade à trajetória de crescimento da faturação, atingindo-se, em 2025, o valor mais elevado de sempre: 3,72 milhões de euros. A média de faturação mensal foi de 310 409 €, correspondendo a um crescimento de 7,48% face ao ano anterior.

Em termos da composição da população residente da Pinheiro Manso – Residência Sénior, importa destacar que, no final do mês de dezembro de 2025, a empresa contava com um total de 103 residentes permanentes. No decurso deste ano atingiu-se o registo de 38 admissões em regime permanente, o que representa um aumento significativo face ao verificado no exercício anterior (22 admissões em 2024) e uma recuperação para níveis em linha com os anos de 2023 (38 admissões) e superiores aos de 2022 (36 admissões). Consequentemente, a média mensal neste ano foi de 3,17 admissões, o que traduz um crescimento expressivo face a 2024 (1,83), situando-se ao nível de 2023 (3,17) e acima da média registada em 2022 (3,00).

A DIREÇÃO

Mário Joaquim da Silva Mourão
Alberto Simão Campos da Mota
José Manuel Alves Guerra da Fonseca
Paulo Duarte Silva Coutinho
César Alberto Rodrigues de Campos
Ilda Tavares Bastos Gonçalves Martins
Francisco Henrique Morais Rego
Leandro Alípio dos Santos
José António Deus Gonçalves
Gabriel Mendes Costa
Susana Flávia Ferraz C. Moreira
Susana Mónica Silva Nogueira Fonseca Paiva
Cláudia Marina Moreira Silva
Sílvia Teresa Marques Martins Lopes
Aristides Batista Brites

BALANÇO DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	23 024 030,53 €	23 327 351,42 €
Ativos intangíveis	5	50 355,07 €	50 970,19 €
Investimentos financeiros	10	26 702,17 €	26 702,17 €
Outros créditos e ativos não correntes		0,00 €	0,00 €
		23 101 087,77 €	23 405 023,78 €
Ativo corrente			
Inventários	7	126 287,98 €	160 396,18 €
Clientes	9.1	882 525,50 €	1 088 757,38 €
Adiantamentos a fornecedores		102,59 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos		33 131,73 €	31 199,91 €
Outros ativos correntes		111 039,92 €	1 059 494,37 €
Diferimentos		332 039,95 €	277 582,48 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	14.1	12 264 242,41 €	9 156 388,24 €
		13 749 370,08 €	11 773 818,56 €
Total do ativo		36 850 457,85 €	35 178 842,34 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		4 324 698,61 €	4 171 667,82 €
Excedentes técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		1 393 200,46 €	1 325 867,58 €
Resultados transitados	14.2	-1 208 349,46 €	-3 744 569,59 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		11 278 663,06 €	11 368 424,49 €
Outras variações nos fundos patrimoniais		164 074,39 €	0,00 €
Resultado líquido do período		3 532 952,43 €	2 196 749,66 €
Total do fundo de capital		19 485 239,49 €	15 318 139,96 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	6	4 706 435,04 €	5 166 645,47 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	11.2	3 159 593,00 €	3 099 906,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		7 866 028,04 €	8 266 551,47 €
Passivo corrente			
Fornecedores		5 397 514,00 €	5 654 335,40 €
Adiantamentos de clientes		1 199,67 €	2 036,46 €
Estado e outros entes públicos		277 146,53 €	177 966,42 €
Financiamentos obtidos	6	437 974,45 €	460 850,59 €
Outros passivos correntes		966 443,27 €	2 691 467,59 €
Diferimentos		2 418 912,40 €	2 607 494,45 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		9 499 190,32 €	11 594 150,91 €
Total do passivo		17 365 218,36 €	19 860 702,38 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		36 850 457,85 €	35 178 842,34 €

MAPA DE CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN NO EXERCICIO DE 2025

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALOR REALIZADO
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	526 965,29 €
621	Subcontratos	962 395,40 €
62211	Publicações	48 701,86 €
62212	Higiene e segurança	915,53 €
62213	Condomínio	13 870,93 €
62219	Trabalhos especializados	214 710,57 €
6222	Publicidade e propaganda	5 970,11 €
6223	Vigilância e segurança	74 627,39 €
6224	Honorários	1 183 675,29 €
6226	Conservação e reparação	657 140,85 €
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	35 825,56 €
6232	Livros e documentação técnica	1 109,39 €
6233	Material de escritório	56 015,21 €
6234	Artigos para oferta	4 299,57 €
6235	Materiais e instrumentos de saúde	70 226,04 €
6236	Cafeteria	13 213,93 €
6237	Material de reprografia	149,54 €
6239	Materiais diversos	2 821,74 €
6241	Electricidade	162 235,15 €
6242	Combustíveis	67 280,21 €
6243	Água	53 375,55 €
6251	Deslocações e estadas	109 907,16 €
6252	Transporte de pessoal	6 094,55 €
6253	Transporte de mercadorias	7 133,48 €
6261	Rendas e alugueres	153 587,18 €
6262	Comunicação	142 400,56 €
6263	Seguros	71 339,42 €
6265	Contencioso e notariado	4 981,09 €
6267	Limpeza, higiene e conforto	350 210,28 €
62691	Serviços bancários	31 708,28 €
62698	Outros serviços	240 119,95 €
631	Remunerações dos Órgãos Sociais	91 507,83 €
632	Remunerações do pessoal	4 201 037,34 €
633	Benefícios pós-emprego	307 978,35 €
635	Encargos sobre remunerações	1 039 712,75 €
636	Seguros de acidentes de trabalho e de doenças profissionais	52 062,53 €
637	Gastos de ação social	20 248,28 €
638	Outros gastos com o pessoal	487 256,10 €
64	Gastos de depreciação e de amortização	651 903,59 €
65	Perdas por imparidade	30 192,32 €
6811	Impostos indiretos	57 658,53 €
6812	Impostos diretos	25 396,87 €
682	Descontos de pronto pagamento concedidos	99 100,21 €
684	Perdas em inventários	17 392,67 €
687	Gastos e perdas em investimentos não financeiros	14 517,51 €
6881	Correções relativas a exercícios anteriores	132 094,16 €
6882	Donativos	4 710,00 €
6883	Quotizações	182 793,67 €
6884	Ofertas e amostras de inventários	193,12 €
6885	Subsídios, dotações e gratificações	63 623,21 €
6886	Comparticipações	20 283 358,73 €
68889	Diversos	12 622,03 €
691	Juros suportados	295 049,44 €
Total dos Gastos		33 343 416,30 €

MAPA DE CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN NO EXERCICIO DE 2025

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	VALOR REALIZADO
71	Vendas	1 106 075,31 €
7211	Quotizações e contribuições	29 067 967,09 €
7219	Serviços de apoio administrativo e sindical	3 727 882,96 €
723	Atividades de âmbito social	294 008,97 €
724	Atividades de âmbito cultural e desportivo	88 202,47 €
72601	Senhas de consulta	230 067,35 €
72602	Atos médicos internos	52 689,43 €
72603	Complementaridade	49 285,73 €
72604	Penalizações por falta a consulta	15 761,48 €
72605	Análises clínicas	21 804,94 €
72606	Utentes	115 097,84 €
72607	Próteses dentárias	33 325,48 €
72608	Piso de sala	6 450,00 €
75	Subsídios à exploração	5 359,57 €
762	Reversões de perdas por imparidade	25 508,02 €
78161	Rendimentos suplementares provenientes de rendas	625 998,66 €
78162	Rendimentos suplementares provenientes de instalações	2 728,68 €
78169	Outros rendimentos suplementares	85 518,37 €
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	53 155,10 €
787	Rendimentos e ganhos de gestão corrente	785 996,15 €
788	Correções relativas a exercícios anteriores	426 158,31 €
791	Juros obtidos	106 786,09 €
Total dos Rendimentos		36 925 828,00 €
Resultado antes de impostos		3 582 411,70 €

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8.2	5 740 651,96 €	5 492 082,92 €
Quotizações e contribuições	8.2	29 067 967,09 €	28 357 116,69 €
Subsídios, doações e legados à exploração		5 359,57 €	6 696,27 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-526 965,29 €	-547 956,78 €
Fornecimentos e serviços externos		-4 746 041,77 €	-5 095 681,96 €
Gastos com o pessoal	11.3	-6 199 803,18 €	-5 608 026,05 €
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		3 499,00 €	-2 519,73 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-8 183,30 €	10 798,52 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Imparidades de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		2 086 341,36 €	1 246 645,68 €
Gastos com participações		-20 283 358,73 €	-20 088 833,40 €
Outros gastos	8.3	-610 101,98 €	-483 556,94 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 529 364,73 €	3 286 765,22 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-651 903,59 €	-639 374,75 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 877 461,14 €	2 647 390,47 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	6	-295 049,44 €	-404 906,19 €
Resultados antes de impostos		3 582 411,70 €	2 242 484,28 €
Imposto sobre o rendimento do período		-49 459,27 €	-45 734,62 €
Resultado líquido do período		3 532 952,43 €	2 196 749,66 €

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
NO EXERCÍCIO DE 2024**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2024	1	3 901 083,33 €	0,00 €	1 209 902,81 €	-2 316 665,49 €	0,00 €	11 458 185,85 €	0,00 €	715 920,82 €	14 968 427,32 €	0,00 €	14 968 427,32 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					0,00 €	0,00 €						
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	270 584,49 €		115 964,77 €	-1 427 904,10 €	0,00 €	-89 761,36 €		-715 920,82 €	-1 847 037,02 €		-1 847 037,02 €
	2	270 584,49 €		115 964,77 €	-1 427 904,10 €	0,00 €	-89 761,36 €		-715 920,82 €	-1 847 037,02 €		-1 847 037,02 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								2 196 749,66 €	2 196 749,66 €		2 196 749,66 €
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	270 584,49 €		115 964,77 €	-1 427 904,10 €	0,00 €	-89 761,36 €		1 480 828,84 €	349 712,64 €		349 712,64 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	5	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2024	6=1+2+3+5	4 171 667,82 €	0,00 €	1 325 867,58 €	-3 744 569,59 €	0,00 €	11 368 424,49 €	0,00 €	2 196 749,66 €	15 318 139,96 €	0,00 €	15 318 139,96 €

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
NO EXERCÍCIO DE 2025**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2025	6	4 171 667,82 €	0,00 €	1 325 867,58 €	-3 744 569,59 €	0,00 €	11 368 424,49 €	0,00 €	2 196 749,66 €	15 318 139,96 €	0,00 €	15 318 139,96 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					0,00 €	0,00 €						
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	153 030,79 €		67 332,88 €	2 536 220,13 €	0,00 €	-89 761,43 €	164 074,39 €	-2 196 749,66 €	634 147,10 €		634 147,10 €
	7	153 030,79 €		67 332,88 €	2 536 220,13 €	0,00 €	-89 761,43 €	164 074,39 €	-2 196 749,66 €	634 147,10 €		634 147,10 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								3 532 952,43 €	3 532 952,43 €		3 532 952,43 €
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	153 030,79 €		67 332,88 €	2 536 220,13 €	0,00 €	-89 761,43 €		1 336 202,77 €	4 167 099,53 €		4 167 099,53 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	10	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2025	6+7+8+10	4 324 698,61 €	0,00 €	1 393 200,46 €	-1 208 349,46 €	0,00 €	11 278 663,06 €	164 074,39 €	3 532 952,43 €	19 485 239,49 €	0,00 €	19 485 239,49 €

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		34 888 189,97 €	33 683 446,89 €
Pagamentos a fornecedores		-7 116 102,99 €	-8 018 036,38 €
Pagamentos ao pessoal		-5 537 668,19 €	-4 894 335,79 €
Caixa gerada pelas operações		22 234 418,79 €	20 771 074,72 €
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-44 722,03 €	694,66 €
Outros recebimentos / pagamentos		-18 735 581,40 €	-18 809 320,12 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 454 115,36 €	1 962 449,26 €
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-435 527,19 €	-850 752,23 €
Ativos intangíveis		-14 550,90 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		850 785,33 €	7 980,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		31 167,58 €	46 886,82 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		431 874,82 €	-795 885,41 €
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Realização de fundos		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Doações		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-483 086,57 €	-366 877,85 €
Juros e gastos similares		-295 049,44 €	-404 906,19 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Redução de fundos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-778 136,01 €	-771 784,04 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		3 107 854,17 €	394 779,81 €
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		9 156 388,24 €	8 761 608,43 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	14.1	12 264 242,41 €	9 156 388,24 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ESTRUTURA CONSOLIDADA DO SBN PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. DENOMINAÇÃO DA ENTIDADE E NIPC

A denominação da Entidade que presta contas é SBN – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL, tendo o NIPC 500 955 743.

1.2. LUGAR DA SEDE SOCIAL

A sua Sede localiza-se no Porto (mais concretamente na rua Cândido dos Reis, nº 130).

1.3. NATUREZA DA ATIVIDADE

O SBN - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SETOR FINANCEIRO DE PORTUGAL é uma associação de classe composta pelos trabalhadores que exercem a sua atividade profissional em Instituições de Crédito e em Sociedades Financeiras ou similares, em Portugal.

Com uma História sobejamente reconhecida e com provas dadas na defesa dos interesses dos seus Associados desde 1934, o SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal orienta a sua ação com base nos seguintes valores: democracia, independência e solidariedade entre trabalhadores. Na sua luta por uma organização sindical democrática, livre e independente, o SBN reconhece a todos os Associados o direito de livre participação e intervenção democrática na formação da sua vontade coletiva, e fomenta a participação ativa de todos os Sócios na consolidação da sua unidade em torno de objetivos concretos.

O SBN exerce a sua atividade de forma independente face ao Patronato, Estado, poder político e instituições religiosas.

As principais atividades exercidas por este Sindicato são: a celebração das Convenções Coletivas de Trabalho, a prestação da assistência sindical e jurídica, a prestação da assistência médica e medicamentosa (através do SAMS), a disponibilização de serviços de carácter social (através de eventos para os tempos livres, da organização de viagens turísticas e do arrendamento de apartamentos), a promoção de cursos de formação profissional, a organização de eventos no plano cultural (Escola de Pintura, Núcleo de Fotografia, edição da revista Nortada, apoio a publicações literárias) e de eventos desportivos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia.

2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ESNL

Ainda que se tenha respeitado a filosofia de base do disposto no Sistema de Normalização Contabilística, introduziram-se algumas adaptações motivadas pela especificidade da atividade desenvolvida, tais como:

- Conta 26

A conta 26 reflete os saldos relativos às dívidas de Sócios, das Delegações do SBN e dos Postos Clínicos do SAMS.

- Conta 51

Esta conta reflete o disposto no artigo 90º dos Estatutos do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, que estabelece que os Capitais Próprios da Instituição devem estar representados sob a forma de Fundos Estatutários, espelhando a acumulação dos resultados dos anos anteriores.

- Conta 721

Esta conta reflete o disposto no artigo 13º dos Estatutos do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal (que determina os termos do valor recebido dos Sócios, a título de Quotização), bem como o estabelecido na cláusula 111ª e 112ª do respetivo Acordo Coletivo de Trabalho (onde se estabelece os montantes das Contribuições para o SAMS).

2.3. COMPARABILIDADE

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Outras políticas contabilísticas

b. 1.) Sócios e outros valores a receber

As contas de Sócios e Outros valores a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas Perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

b. 2.) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados na demonstração dos resultados.

b. 3.) Meios financeiros líquidos

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b. 4.) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

b. 5.) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

b. 6.) Regime do acréscimo

O SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

b. 7.) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os Impostos diferidos e as Provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não é expectável qualquer alteração significativa das estimativas efetuadas que possam pôr em causa os montantes assumidos ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.2. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se efetuaram alterações nas políticas contabilísticas, tendentes à prestação de informação mais relevante.

3.3. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados.

3.4. CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

No decurso do exercício de 2025 foram efetuadas correções relativas a exercícios anteriores provenientes da contabilização de participações de documentos de anos anteriores que se encontram ao abrigo do estabelecido na alínea h) do n.º 1. do art. 16.º das Normas do Regulamento de prestação de serviços de saúde a Beneficiários (relacionada com o prazo de entrega da documentação sujeita a participação), bem como de despesas diversas de 2024 que foram rececionadas após o fecho desse exercício.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios: 24 - 100 anos;
- Equipamento básico: 8 - 20 anos;
- Equipamento de transporte: 8 anos;
- Equipamento administrativo: 6 - 20 anos;
- Equipamento informático: 6 – 20 anos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais, consoante se trate de mais ou menos valias.

Durante o exercício verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis constantes do Balanço:

Ativos Fixos Tangíveis Brutos

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Terrenos e recursos naturais	456 754 €					456 754 €
Edifícios e outras construções	35 997 459 €			847 858 €		35 149 601 €
Equipamento básico	2 170 900 €	-11 749 €	153 907 €		31 758 €	2 281 300 €
Equipamento de transporte	438 906 €		70 127 €			509 033 €
Equipamento administrativo	777 601 €	-172 €	86 126 €		6 417 €	857 138 €
Equipamento informático	1 252 511 €	-2 386 €	39 364 €	2 927 €	15 229 €	1 271 333 €
Outro equipamento	918 365 €	-420 €	37 679 €		36 973 €	918 651 €
Ativos tangíveis em curso	21 587 €	365 871 €	65 584 €			453 042 €
	42 034 083 €	351 144 €	452 787 €	850 785 €	90 377 €	41 896 852 €

No decurso do exercício de 2025 ocorreram os seguintes movimentos de Depreciação dos Ativos fixos tangíveis:

Depreciações Acumuladas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Terrenos e recursos naturais	0 €			0 €
Edifícios e outras construções	14 306 570 €	346 525 €	-381 514 €	14 271 581 €
Equipamento básico	1 557 473 €	84 547 €	-27 401 €	1 614 619 €
Equipamento de transporte	339 001 €	89 437 €		428 438 €
Equipamento administrativo	729 918 €	13 194 €	-3 328 €	739 784 €
Equipamento informático	1 044 081 €	62 376 €	-20 364 €	1 086 093 €
Outro equipamento	729 686 €	39 696 €	-37 079 €	732 303 €
Ativos tangíveis em curso	0 €			0 €
	18 706 732 €	635 775 €	-469 686 €	18 872 821 €

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de Ativos Intangíveis constantes do Balanço:

Ativos Intangíveis Brutos

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Programas de computador	151 665 €		14 551 €			166 216 €
	151 665 €	0 €	14 551 €	0 €	0 €	166 216 €

No decurso do exercício de 2025 ocorreram os seguintes movimentos de Depreciação dos Ativos Intangíveis:

Depreciações Acumuladas

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
Programas de computador	100 695 €	15 166 €		115 861 €
	100 695 €	15 166 €	0 €	115 861 €

6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A rubrica de Financiamentos Obtidos é composta por:

- 4 146 851 € de contrato de mútuo utilizado no MONTEPIO, no âmbito da edificação do empreendimento de Pinheiro Manso;
- 995 741 € de contrato de mútuo utilizado no MONTEPIO pela SBN – Residência Sénior, SA como crédito ao investimento;
- 1 818 € de locações financeiras respeitantes à utilização de viaturas.

No decurso do exercício de 2025 foram suportados 295 049 € de juros, resultantes do endividamento bancário.

7. INVENTÁRIOS

7.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

7.2. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS PARA A ENTIDADE

A 31 de dezembro de 2025, encontrava-se contabilizado em Inventário um montante total de 126 288 €, conforme se observa através da análise ao seguinte quadro:

RUBRICAS	2022	2023	2024	2025	var. 2025/2024
Existências em Aveiro	9 794 €	9 593 €	12 144 €	10 683 €	-12,03%
Existências no Porto	212 217 €	211 368 €	217 006 €	182 054 €	-16,11%
Reclassificação do inventário	0 €	51 €	-10 €	0 €	-100,00%
Valor Bruto	222 011 €	221 012 €	229 140 €	192 737 €	-15,89%
Perdas por imparidade em inventários	-66 603 €	-66 288 €	-68 745 €	-66 449 €	-3,34%
Total do Inventário líquido	155 408 €	154 724 €	160 396 €	126 288 €	-21,26%

O montante constante em Perdas por imparidade em inventários representa cerca de 35% do valor constante em armazém, e foi calculado em conformidade com a prática seguida nos últimos anos.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

É reconhecido rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que se obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda e/ou prestação de serviço estejam substancialmente resolvidas. As estimativas baseiam-se em resultados históricos, considerando o tipo de Sócio e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

8.2. RENDIMENTOS POR AGREGADO

Em 2025 foram contabilizados 34 808 618 € de Rendimentos Operacionais.

DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	2025	var. 2025/2024
Vendas	1 137 898 €	1 071 152 €	1 124 871 €	1 106 075 €	-1,67%
Quotizações e contribuições	26 867 665 €	27 777 129 €	28 357 117 €	29 067 967 €	2,51%
Serviços apoio administrativo e sindical	2 183 473 €	2 953 605 €	3 471 126 €	3 727 883 €	7,40%
Atividades de âmbito social	336 600 €	343 782 €	264 352 €	294 009 €	11,22%
Atividades culturais e desportivas	75 764 €	81 231 €	86 845 €	88 202 €	1,56%
Serviços clínicos	518 007 €	568 270 €	544 888 €	524 482 €	-3,74%
Total dos Rendimentos Operacionais	31 119 407 €	32 795 169 €	33 849 199 €	34 808 618 €	2,83%

8.3. EVOLUÇÃO DAS RUBRICAS DE OUTROS GASTOS

O quadro apresentado em seguida evidencia a repartição da rubrica de Outros Gastos, totalizando 610 102 €.

DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	2025	var. 2025/2024
Impostos indiretos	52 885 €	53 585 €	53 132 €	57 659 €	8,52%
Impostos diretos	31 440 €	34 334 €	44 299 €	25 397 €	-42,67%
Descontos de pronto pagamento concedidos	83 166 €	82 310 €	81 718 €	99 100 €	21,27%
Dívidas incobráveis	2 086 €	0 €	60 €	0 €	-100,00%
Correções de exercícios anteriores	67 668 €	202 183 €	42 097 €	132 094 €	213,79%
Quotizações	182 861 €	184 097 €	168 940 €	182 794 €	8,20%
Outros gastos	123 554 €	109 445 €	93 311 €	113 059 €	21,16%
Total	543 660 €	665 955 €	483 557 €	610 102 €	26,17%

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1. MONTANTE EM DÍVIDA DE CLIENTES

O montante em dívida de Clientes, à data de 31 de dezembro de 2025, era de 882 526 €.

RUBRICAS	2022	2023	2024	2025	var. 2025/2024
Devedores por Fundo de Empréstimos	158 759 €	159 871 €	154 886 €	131 565 €	-15,06%
Devedores por contencioso	204 106 €	269 690 €	258 040 €	246 066 €	-4,64%
Devedores por iniciativas	46 350 €	98 361 €	70 625 €	35 640 €	-49,54%
Devedores por créditos de atos externos	11 001 €	11 001 €	11 001 €	11 001 €	0,00%
Devedores por cheques datados	49 928 €	38 384 €	54 689 €	51 467 €	-5,89%
Outros devedores	889 308 €	712 806 €	900 871 €	709 618 €	-21,23%
Perdas por imparidade	-337 259 €	-388 789 €	-361 354 €	-302 832 €	-16,20%
Total em dívida de Sócios	1 022 194 €	901 326 €	1 088 757 €	882 526 €	-18,94%

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2025, encontravam-se contabilizados os seguintes montantes referentes a Investimentos financeiros:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO / AJUSTAMENTO	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Outros Investimentos					
FCT – Fundo Comp. do Trabalho	26 702 €				26 702 €
	26 702 €	0 €	0 €	0 €	26 702 €

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**11.1. NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS**

O número total de trabalhadores do SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, à data de 31 de dezembro de 2025, era de 198 funcionários e 104 avençados.

11.2 COMPROMISSOS EXISTENTES EM MATÉRIA DE PENSÕES

Através do Estudo de avaliação atuarial do Plano de Pensões, efetuado pela Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, destinado a avaliar as responsabilidades assumidas reportadas a 31 de dezembro de 2025, concluiu-se o seguinte:

RESPONSABILIDADES EXISTENTES A 31/12/2025	VALOR
Pensionistas ⁽¹⁾	389 504 €
Reformados ⁽²⁾	2 733 496 €
Ativos	
Responsabilidades totais	38 408 €
Responsabilidades por Serviços Passados ⁽³⁾	36 594 €
Total ⁽¹⁾⁺⁽²⁾⁺⁽³⁾	3 159 594 €

Este cálculo resulta da seguinte caracterização da população sujeita a avaliação, tendo em conta a tipologia de contrato de trabalho celebrado com a Instituição:

CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES COM COMPLEMENTO DE REFORMA	ATIVOS	REFORMADOS	PENSIONISTAS
Número	19	54	11
Idade média	63	84	85
Antiguidade média	39	-	-
Salário / Pensão média anual	28 618 €	4 492 €	3 340 €
Folha anual de salários / pensões	543 731 €	242 592 €	36 745 €

Por sua vez, no decurso do exercício de 2025 registaram-se os seguintes movimentos na rubrica de Responsabilidades por benefícios pós-emprego:

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3 099 906 €	307 979 €	248 292 €	3 159 593 €
	3 099 906 €	307 979 €	248 292 €	3 159 593 €

O saldo final desta rubrica corresponde ao valor da Avaliação Atuarial do Plano de Pensões, efetuada pela Fidelidade – Companhia de Seguros, referente às responsabilidades existentes à data de 31 de dezembro de 2025.

O montante global das dívidas, ativas e passivas, respeitantes ao Pessoal, era o seguinte:

DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS	
	ATIVAS	PASSIVAS
Remunerações a pagar ao pessoal	-	13 108 €
Adiantamentos ao pessoal	4 163 €	-
Outras operações com o pessoal	34 303 €	-

11.3. EVOLUÇÃO DAS RUBRICAS DE GASTOS COM O PESSOAL

Apresenta-se de seguida a evolução registada nas rubricas de Gastos com o Pessoal:

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL

DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	2025	var. 2025/2024
Remunerações Órgãos sociais	112 763 €	80 413 €	82 291 €	91 508 €	11,20%
Remunerações do pessoal	3 495 068 €	3 791 107 €	4 011 951 €	4 201 037 €	4,71%
Benefícios pós-emprego	0 €	0 €	0 €	307 978 €	100,00%
Encargos sobre remunerações	939 674 €	1 001 145 €	1 029 576 €	1 039 713 €	0,98%
Seguros de acidente trabalho	44 227 €	48 768 €	60 534 €	52 063 €	-13,99%
Gastos de ação social	11 453 €	15 193 €	24 529 €	20 248 €	-17,45%
Outros gastos com o pessoal	516 504 €	570 852 €	399 146 €	487 256 €	22,07%
Total	5 119 689 €	5 507 478 €	5 608 026 €	6 199 803 €	10,55%

11.4. GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações globais atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as que se apresentam de seguida:

ÓRGÃO	VENCIMENTOS	OUTRAS REMUNERAÇÕES
Mesa da Assembleia Geral	7 879 €	80 €
Direção	36 519 €	120 €
Conselho Fiscalizador de Contas	0 €	0 €
Conselho Disciplinar	0 €	0 €
Secções Sindicais de Empresa	0 €	863 €
Secções Sindicais de Delegação	43 659 €	1 314 €
Secção Sindical de Reformados	0 €	1 072 €
Conselho de Gerência do SAMS	0 €	0 €

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que o SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. OUTRAS DIVULGAÇÕES

14.1 FLUXOS DE CAIXA

A 31 de dezembro de 2025 encontrava-se contabilizado em Caixa e depósitos bancários um montante total de 12 264 242 €, conforme se observa através da análise ao seguinte quadro:

RUBRICAS	2022	2023	2024	2025	var. 2025/2024
Depósitos a prazo	5 080 715 €	5 080 715 €	4 580 715 €	4 580 715 €	0,00%
Depósitos à ordem	3 717 314 €	3 669 647 €	4 567 430 €	7 676 251 €	68,06%
Caixa	6 922 €	11 247 €	8 243 €	7 277 €	-11,72%
Total Caixa e depósitos bancários	8 804 951 €	8 761 608 €	9 156 388 €	12 264 242 €	33,94%

14.2. FUNDOS PATRIMONIAIS

As alterações efetuadas em Resultados Transitados, resultam, fundamentalmente, da aplicação do resultado líquido de 2024.

14.3. POPULAÇÃO ASSOCIADA E BENEFICIÁRIA

A 31 de dezembro de 2025 encontravam-se inscritos no SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal 10 497 Sócios, conforme o descrito no seguinte mapa:

DESCRIÇÃO	Nº SÓCIOS
Sócios no Ativo	2 770
Sócios Reformados	7 727
Total	10 497

Por sua vez, o número total de Beneficiários do SAMS, inscritos a 31 de dezembro de 2025, era de 25 853.

TIPOLOGIA	NÚMERO
Titulares	11 973
Cônjuges	7 391
Companheiras (os)	431
Descendentes	3 404
Ascendentes	24
Pensionistas	2 583
Outros	47
Total	25 853

14.4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º1 do artigo 66º - A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários totais faturados, durante o presente exercício financeiro, pelo revisor oficial de contas ascenderam a 19 000 € (acrescidos de IVA).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2025

Nos termos dos Estatutos do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, a Direção propõe a seguinte aplicação dos Resultados Consolidados do exercício de 2025:

Saldo Consolidado		3 532 952,43 €
Fundo Sindical	73 054,03 €	
Fundo de Reserva	73 054,03 €	
Fundo de Greve	292 216,11 €	
Fundo de Empréstimos e de Solidariedade	73 054,03 €	
Fundo de Apoio a Obras Sociais	219 162,08 €	
Transita para o exercício seguinte	2 802 412,15 €	

Porto, 19 de março de 2026.

A DIREÇÃO

Mário Joaquim da Silva Mourão
Alberto Simão Campos da Mota
José Manuel Alves Guerra da Fonseca
Paulo Duarte Silva Coutinho
César Alberto Rodrigues de Campos
Ilda Tavares Bastos Gonçalves Martins
Francisco Henrique Morais Rego
Leandro Alípio dos Santos
José António Deus Gonçalves
Gabriel Mendes Costa
Susana Flávia Ferraz C. Moreira
Susana Mónica Silva Nogueira Fonseca Paiva
Cláudia Marina Moreira Silva
Sílvia Teresa Marques Martins Lopes
Aristides Batista Brites

**SBN — Sindicato dos Trabalhadores
do Setor Financeiro de Portugal**

**Parecer do Revisor
Oficial de Contas**

Contas Consolidadas de 2025



h

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Grupo SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 36.850.548 euros e um total de fundos patrimoniais de 19.485.239 euros, incluindo um resultado líquido de 3.532.952 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Grupo SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro relativo ao período findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de atividade consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividade

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividade consolidada foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre do Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 23 de março de 2026

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. n.º 820
registado na CMVM com o n.º 20160448)

**SBN — Sindicato dos Trabalhadores
do Setor Financeiro de Portugal**

**Parecer do
Conselho
Fiscalizador de
Contas**

Contas Consolidadas de 2025

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCALIZADOR DE CONTAS

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos do SBN-Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e parecer sobre o Relatório Consolidado das contas do Grupo SBN referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Acompanhámos ao longo do exercício as contas que foram consolidadas do SBN, e que fazem parte do Relatório em apreciação, tendo analisado, com a extensão aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos de suporte à elaboração dos mesmos, os quais satisfazem as disposições legais em vigor, designadamente o Balanço, os Mapas de Classificação Económica, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais, e, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como os respetivos anexos.

Pela Direção do SBN, bem como pelos respetivos Serviços, foram-nos sempre prestados os esclarecimentos solicitados para o desempenho da nossa função.

Analisámos, também, a Certificação Legal de Contas emitida pela sociedade Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, L^{da}, cujo teor mereceu a nossa concordância.

Assim concluímos que:

- a) O Relatório de Gestão, bem como as respetivas contas consolidadas, exprimem, com clareza, a evolução do SBN durante o exercício de 2025; e
- b) As políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados na sua preparação são adequados e encontram-se devidamente divulgados nos respetivos anexos.

Pelo que somos de parecer que aproveis:

1. O Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. A proposta da Direção sobre a aplicação dos Resultados do Exercício.

Porto, 25 de março de 2026.

Jonas Macedo
Julio de Jesus Silva
M. Luísa Palma